

As nove condições para negociar

Estas são as condições que o Brasil levará para a mesa de negociação com os credores em setembro:

1 — Substituição dos mecanismos tradicionais "pacotes de dinheiro novo" por mecanismos mais automáticos e estáveis de mobilização dos recursos necessários ao ajuste externo da economia;

2 — Reestruturar a dívida externa de forma a delimitar as transferências de recursos reais para o exterior;

3 — Obter, sem condicionalidade outra que não a do pagamento dos juros devidos, a liberação de desembolsos que financiem parte das despesas de juros;

4 — Consolidar a dívida em prazos mais dilatados e com taxas reais de juros menores;

5 — Apresentar alternativas, inovadoras e de mercado, como capitalização, emissão de títulos e regras de conversão da dívida em investimento;

6 — Preservar e aumentar o nível das reservas internacionais;

7 — Introdução de salvaguardas nas negociações com o fim de evitar que situações fora de controle do Governo brasileiro modifiquem, de forma negativa, o que for acordado, desequilibrando os ajustes que venham a ser alcançados;

8 — Repactuação de todos os "spreads" e taxas-base incidentes sobre os estoques da dívida vencida e vinculada até 1993 — US\$ 56 bilhões, aproximadamente — substituindo-se pela Libor pura, sem "spread" algum;

9 — Empréstimo de US\$ 7 bilhões pelos bancos comerciais nos próximos 18 meses para cobrir débitos resultantes do pagamento de juros em atraso.

Esses pontos deverão constar dos entendimentos com os bancos privados, com quem o Brasil tem uma dívida da ordem de Cz\$ 70 bilhões. O início dos entendimentos com os banqueiros, inclusive japoneses, deverá ser precedido de uma missão técnica brasileira para o acerto desses pontos.

Com o FMI

Com o Fundo Monetário Inter-

nacional, que tem, segundo o secretário de Imprensa da Presidência da República, Frota Neto, a vantagem de oferecer condições mais favoráveis, os limites da negociação estão, em primeiro lugar, consubstanciados em dois pontos: concordância em não interferir na política econômica interna e com as taxas de crescimento fixadas pelo Governo brasileiro.

O secretário de Imprensa da Presidência da República disse que "o Brasil acaba de apresentar as preliminares das negociações externas: o Plano Bresser, de ajustamento da economia interna; e o Plano de Controle Macroeconômico".

Segundo Frota Neto, "esses dois planos são o limite da negociação da dívida externa e deles o Brasil não se afastará. Informou que, nos encontros com banqueiros e autoridades norte-americanas, o ministro Bresser Pereira encontrou uma "boa acolhida" para os dois documentos. "Os banqueiros ressaltaram a coerência na proposta brasileira", arrematou o secretário de Imprensa.